

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - ADUFAL
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - SINTUFAL
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 01/2025 - AJ/ADUFAL-SINTUFAL

Interessados: ADUFAL e SINTUFAL

Órgão de Origem: DAP/UFAL

Referência: Ofício DAP nº 07/2025

Assunto: Determinação do TCU para absorção/supressão de rubricas judiciais - URP (26,05%) - URP 2º Grupo

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RUBRICA JUDICIAL. URP DE FEVEREIRO DE 1989 (26,05%). DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. TCU. ABSORÇÃO INDEVIDA. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO ADMINISTRATIVA. COISA JULGADA. SEGURANÇA JURÍDICA. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. RESPONSABILIZAÇÃO.

Determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) no sentido de absorção de rubricas judiciais decorrentes dos planos econômicos (URP, URV, 28,86%) afrontam decisões judiciais transitadas em julgado que asseguraram o pagamento de tais parcelas aos servidores da UFAL. O grupo de servidores beneficiado pela sentença nos autos do processo RT nº 0157300-52.1989.5.19.0003 (URP 2º Grupo) possui decisão judicial expressa e vigente que garante a manutenção da rubrica de 26,05%, sendo inadmissível sua absorção ou supressão administrativa. Restabelecida a eficácia dessa decisão pelo Tribunal Superior do Trabalho, não há fundamento jurídico legítimo que autorize a UFAL a proceder à absorção. Tentativas de relativização da coisa julgada representam violação à autoridade das decisões judiciais e podem gerar responsabilização funcional, civil e penal dos agentes administrativos envolvidos.

1. Introdução

A presente manifestação tem por finalidade responder ao Ofício DAP nº 7/2025, encaminhado pela Direção do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Alagoas (DAP/UFAL) às entidades representativas dos servidores – notadamente à Associação dos Docentes da UFAL (ADUFAL) e ao Sindicato dos Trabalhadores da UFAL (SINTUFAL).

O ofício informa sobre as recentes determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), no tocante à absorção e supressão de rubricas judiciais relativas a planos econômicos, com ênfase na rubrica da Unidade de Referência de Preço (URP) de fevereiro de 1989, no percentual de 26,05%, especificamente quanto ao denominado URP 2º Grupo.

Segundo o documento, a Administração da UFAL entende ter esgotado todas as medidas e fundamentações institucionais disponíveis para assegurar a permanência das rubricas judiciais, considerando as sucessivas cobranças do TCU e as manifestações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), solicitando, assim, das entidades sindicais providências que possam garantir a preservação dos direitos dos servidores.

Diante disso, este parecer visa analisar o contexto fático e normativo que cerca a controvérsia, com especial atenção à impossibilidade jurídica de absorção da rubrica judicial do URP 2º Grupo, tendo em vista a existência de ordem judicial expressa que determina sua manutenção, cuja eficácia permanece incólume.

2. Análise Jurídica

Desde o ano de 2017, os servidores da Universidade Federal de Alagoas vêm sendo submetidos a sucessivas ameaças de cortes vencimentais em razão de determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que passou a exigir a absorção ou supressão de parcelas remuneratórias oriundas de decisões judiciais transitadas em julgado. As rubricas em questão referem-se à URP de fevereiro de 1989 (26,05%), à URV (3,17%), bem como à extensão do índice de reajuste de 28,86%, todas com fundamento em sentenças judiciais que garantiram sua incorporação.

A atuação do TCU, nesse contexto, tem gerado grave insegurança jurídica, ao colocar sob ameaça vencimentos percebidos há décadas por servidores ativos, aposentados e pensionistas, respaldados por decisões judiciais plenamente válidas e eficazes. Ao desconsiderar a força da coisa julgada, os direitos adquiridos e os princípios da legalidade e da segurança jurídica, as deliberações da Corte de Contas impõem consequências severas à estabilidade financeira e à confiança legítima dos servidores públicos.

O Acórdão TCU nº 6492/2017, da 2ª Câmara, representa o ponto de inflexão dessa política restritiva, ao declarar a ilegalidade de pagamentos decorrentes de decisões judiciais e determinar à UFAL a absorção das respectivas rubricas no prazo de

180 dias, tomando como referência os reajustes provenientes de leis de reestruturação de carreira publicadas nos cinco anos anteriores. A exceção prevista referir-se-ia apenas a casos com decisão judicial expressa impedindo tal absorção.

Ocorre que o próprio acórdão reconheceu expressamente a legalidade da manutenção da rubrica da URP para o grupo de servidores abrangido pela sentença proferida no processo RT nº 0157300-52.1989.5.19.0003 (URP 2º Grupo), em trâmite na Justiça do Trabalho, autorizando a continuidade do pagamento com base na decisão judicial vigente.

Em resposta inicial ao TCU, a Reitoria da UFAL, por meio do Ofício nº 276/2018/GR-UFAL, sustentou a ausência de base legal para proceder à absorção, considerando que a última reestruturação legislativa das carreiras havia ocorrido com a Lei nº 12.772/2012, bem anterior às notificações administrativas e, portanto, operando-se a decadência (já prevista no indigitado acórdão). Informou ainda que as rubricas haviam sido transformadas em VPNI, conforme o Acórdão TCU nº 2161/2005, não sendo objeto de reajuste desde então.

Mesmo diante dessas justificativas, o TCU insistiu na necessidade de absorção, indicando que as Leis nº 12.772/2012, 12.863/2013 e 13.325/2016 configurariam reestruturações remuneratórias aptas a fundamentar o corte. Em consequência, a UFAL passou a notificar servidores individualmente, a partir de novembro de 2018, promovendo a supressão imediata das rubricas – inclusive antes da conclusão dos processos administrativos –, em manifesta violação ao devido processo legal.

Diante disso, ADUFAL e SINTUFAL ajuizaram a Ação Ordinária nº 0811568-30.2018.4.05.8000, com pedido de liminar, para impedir a retirada das parcelas. A demanda sustentou: (i) a ausência de contraditório e ampla defesa; (ii) a decadência administrativa, com base no Tema 445 do STF; (iii) a inexistência de lei de reestruturação nos cinco anos anteriores às notificações; e (iv) a existência de sentença no Mandado de Segurança nº 2001.80.00.002301-0, que assegura a incorporação definitiva da URP (perda do direito de autotutela da Administração).

Ainda que liminar favorável tenha sido inicialmente deferida, a decisão foi reformada em 2019, e a ação segue em tramitação perante o TRF-5ª Região, com a interposição de novos recursos pelas entidades, **já havendo o posicionamento do STF no sentido de aplicar tema que garanta a manutenção das rubricas.**

Paralelamente, em âmbito administrativo, a pressão das entidades sindicais levou o Conselho Universitário da UFAL (CONSUNI) a editar a Resolução nº 27/2019, anulando os processos administrativos instaurados com base no Acórdão nº 6492/2017, determinando o reinício dos procedimentos com observância às garantias do contraditório.

No entanto, o TCU manteve sua posição por meio do Acórdão nº 1614/2019, invocando o Tema 494 do STF (RE 596.663/RJ), que trata da vedação ao pagamento cumulativo de decisões judiciais com reajustes posteriores, salvo se houver autonomia da rubrica. Tal entendimento, contudo, **não é aplicável ao caso do URP 2º Grupo**, pois há decisão expressa garantindo o pagamento da rubrica, independentemente de eventuais reajustes futuros.

Mais recentemente, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos voltou a pressionar a UFAL para cumprimento do Acórdão nº 1614/2019, inclusive alegando que a Reclamação Constitucional nº 24.862/AL, julgada pelo STF, teria anulado os efeitos da sentença trabalhista que assegurava o pagamento da URP 2º Grupo.

Ocorre que essa alegação **falseia a verdade de que** a decisão de incompetência foi posteriormente **cassada** pela Reclamação TST-Rcl-1000667-80.2019.5.00.0000, **restabelecendo a eficácia da decisão judicial que garante, de forma expressa e incondicionada, o pagamento da URP de 26,05% aos integrantes do grupo.**

Para além, é oportuno também registrar o recente acórdão do Supremo Tribunal Federal no **Mandado de Segurança nº 26.156**, que reconheceu a ilegalidade da supressão da rubrica URP por parte do TCU para os docentes da UNB, nos seguintes termos:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ILEGALIDADE NO PAGAMENTO DE PARCELA REFERENTE À URP DE FEVEREIRO DE 1989 (26,05%). EXCLUSÃO. ALEGADA OFENSA À COISA JULGADA. PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA REJEITADA. OBSERVÂNCIA À SEGURANÇA JURÍDICA E AO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA SEGUNDA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SEGURANÇA CONCEDIDA. AGRAVOS REGIMENTAIS PREJUDICADOS

(MS 26156, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 17-03-2025, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 21-03-2025 PUBLIC 24-03-2025)

O referido julgado, em situação idêntica à que ora se vislumbra, ressalta **a força da coisa julgada, a proteção da confiança legítima e o princípio da segurança jurídica** – fundamentos plenamente aplicáveis à situação dos servidores da UFAL.

3. Conclusão

Portanto, especialmente no que se refere ao grupo de servidores amparado pela decisão proferida no processo RT nº 0157300-52.1989.5.19.0003 (URP 2º Grupo), é absolutamente inequívoco que **inexiste qualquer fundamento jurídico válido** que autorize a Universidade Federal de Alagoas a realizar, de forma unilateral ou administrativa, a absorção, redução ou modificação da rubrica correspondente ao percentual de 26,05%.

A determinação judicial que reconheceu esse direito permanece **hígida, eficaz e plenamente obrigatória**, não tendo sido revogada, anulada ou suspensa por qualquer instância competente. Pelo contrário, tentativas de desconstituí-la foram rejeitadas, como se vê da cassação da Reclamação Constitucional nº 24.862/AL, mediante decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

A ordem judicial que assegura o pagamento da URP ao 2º Grupo encontra-se protegida pelos pilares fundamentais do Estado de Direito: **coisa julgada, legalidade, devido processo legal e separação dos Poderes**. Qualquer tentativa de mitigá-la por meio de atos administrativos, mesmo que fundados em deliberações do TCU ou do MGI, configura **violação direta à autoridade do Poder Judiciário**, podendo ensejar responsabilidade administrativa, civil e penal por parte dos gestores públicos envolvidos.

Em conclusão, a absorção da rubrica de 26,05% do URP atribuída ao grupo de servidores beneficiado pela decisão do processo RT nº 0157300-52.1989.5.19.0003 é **juridicamente inadmissível, institucionalmente temerária e tecnicamente indefensável**. Persistindo qualquer medida nesse sentido, estar-se-á diante de **manifesta violação à ordem judicial, passível de imediata responsabilização perante o Poder Judiciário**.

Pra além, a ação coletiva 0811568-30.2018.4.05.8000 ainda se encontra em tramitação, devendo ser a decisão adequada às repercussões gerais do STF (**ARE 1485656**), de forma que não somente a manutenção daquela, mas o restabelecimento de todas as demais é situação que deve ser consolidada, para garantia dos direitos dos servidores.

É como se manifestam as Entidades.

Maceio/Al, 10 de julho de 2025.

Flavio Pinheiro

OAB/AL 7105

Ilana Flavia Cavalcanti Silva

OAB/Al 6628